

Ações climáticas na agricultura em um mundo em turbulência

Um panorama do Brasil diante da COP30

NIELS SØNDERGAARD



APD

DIÁLOGO AGROPOLÍTICO BRASIL · ALEMANHA
AGRARPOLITISCHER DIALOG BRASILIEN · DEUTSCHLAND

**APD****DIÁLOGO AGROPOLÍTICO BRASIL · ALEMANHA**
AGRARPOLITISCHER DIALOG BRASILIEN · DEUTSCHLAND

O Diálogo Agropolítico Brasil-Alemanha (APD, sigla em alemão) é um mecanismo de intercâmbio de conhecimentos e de informações sobre desafios bilaterais e globais no campo da política agrícola e ambiental. Há mais de duas décadas o Ministério Federal da Agricultura, Alimentação e Identidade Regional (BMLEH, sigla em alemão) tem desenvolvido iniciativas semelhantes com diversos países, que são referências importantes para o APD no Brasil.

As atividades do APD têm como base o Memorando de Entendimento assinado pelo BMLEH, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Representantes dos ministérios brasileiros e alemães, da sociedade civil, do setor agrícola e alimentício e da comunidade científica são parte ativa do diálogo.

Em vista dos crescentes desafios globais relacionados ao clima, à agricultura, à pecuária e ao meio ambiente, o objetivo do APD é obter uma melhor compreensão mútua das políticas agrícolas e ambientais de ambos os países. O intercâmbio e a publicação de conhecimentos ocorrem por meio de webinars, conferências, publicações e viagens técnicas.

SCN Quadra 1 Bloco C salas 1102-1104

Ed. Brasília Trade Center Brasília - DF

+55 61 9 9964-3731

contato@apd-brasil.de

www.apdbrasil.de

[APD Brasil Alemanha](#)

[APD Brasil Alemanha](#)

Com o apoio de:



Ministério Federal
da Agricultura, Alimentação
e Identidade Regional

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA E
PECUÁRIA

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO E
AGRICULTURA FAMILIAR

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

em virtude de decisão
do Bundestag Alemão

Implementado por

GFA
CONSULTING GROUP
Mandatário do BMLEH
Escritório de Berlim

IAK
AGRAR CONSULTING

Os avanços das ações climáticas na agricultura em um mundo em turbulência

Um panorama do Brasil diante da COP30

NIELS SØNDERGAARD

Brasília, outubro de 2025.

SOBRE ESTE ESTUDO

Este estudo foi encomendado como documento de referência pelo **APD** | DIÁLOGO AGROPOLÍTICO BRASIL - ALEMANHA. O seu conteúdo é de responsabilidade exclusiva dos autores. Quaisquer opiniões aqui expressas não são necessariamente representativas ou endossadas pelo APD.

AUTOR

Niels Søndergaard tem doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, Brasil (2018), mestrado em Estudos Globais com especialização em Ciência Política pela Universidade de Lund, Suécia (2014). O seu foco de pesquisa é produção agrícola, comércio e governança.

Table of contents

1. Introdução	5
2. Histórico: a acidentada estrada para Belém	7
2.1. Como ficou a agenda de trabalho da COPs anteriores no que se refere à agricultura?	7
2.2. Perspectivas pré-COP30 para a agricultura	9
2.3. Como a geopolítica mudou a perspectiva pré-Belém?	11
3. Análise: desafios e oportunidades na COP30	13
3.1. O enfraquecimento do multilateralismo	13
3.2. Fragmentação do sistema de comércio internacional	14
3.3. O recuo dos Estados Unidos na política climática	15
3.4. O esmorecimento das agendas verdes europeias	17
3.5. Financiamento da transição na agricultura	19
3.6. O cumprimento das NDCs	21
3.7. Conciliação das questões climáticas e de desenvolvimento social na agricultura	22
3.8. Promoção de caminhos sustentáveis para desvincular a agricultura do desmatamento	23
4. Pontos-chave e recomendações de políticas	26
Referências	28

1. Introdução

A 30ª Conferência Anual da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) em Belém ocorrerá em um cenário de profundas transformações globais. Diante da aceleração das mudanças climáticas, a ordem geopolítica pós-segunda guerra vive um momento de reviravolta, com o aumento de tensões na política internacional e rivalidades entre as grandes potências, reconfigurando os alicerces da política mundial. Com os enormes obstáculos enfrentados pela cooperação e pelas instituições internacionais, surgem questões importantes sobre como enfrentar desafios comuns, como as atuais crises planetárias, incluindo as mudanças climáticas.

Diante dessa situação, a presidência brasileira da COP30 convocou um mutirão global para que as nações convertam a vigente estagnação em um novo impulso para a ação climática global (Brasil 2025a). Nos últimos três anos, a COP foi organizada por regimes autoritários. A presidência brasileira da COP agora apresenta uma oportunidade importante de utilizar o engajamento da sociedade civil e dos movimentos sociais para pressionar ainda mais os líderes globais a entregarem resultados. Os resultados relativamente modestos da COP29 aumentam ainda mais as exigências para que a COP30 avance na descarbonização e garanta financiamento suficiente para mitigação e adaptação no mundo em desenvolvimento.

O local escolhido para a Conferência, Belém, portal da Amazônia, serve como um lembrete da importância de conciliar o desenvolvimento humano com a preservação de ecossistemas globais essenciais. Em nenhum outro lugar isso fica mais evidente do que na agricultura, que deve vencer o duplo desafio de alimentar uma crescente população global e, ao mesmo tempo, impedir que a expansão da produção degrade sua própria base de recursos naturais. A importância estratégica do setor agroalimentar para o Brasil também significa que ele desempenhará um papel fundamental na COP30. A Agenda de Ação da Conferência imprime, portanto, forte ênfase em questões agroambientais, como a Gestão Sustentável de Florestas, Oceanos e Biodiversidade e a Transformação da Agricultura e Sistemas Alimentares (Brasil 2025b). Historicamente, é rara a institucionalização das obrigações de mitigação no setor agrícola no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (CQNUMC). No entanto, nos últimos anos, observou-se algumas evoluções relevantes. A presidência brasileira da

COP30 encontra-se, portanto, em uma posição importante para retomar essas evoluções, garantindo que elas possam produzir resultados concretos.

O contexto diplomático em que se insere a presidência brasileira da COP também é marcado por desafios significativos. A saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris no início deste ano sinaliza a ausência de um dos maiores emissores globais e um dos participantes mais influentes. Além disso, o enfraquecimento do comprometimento europeu com a ação climática, enquanto o continente enfrenta uma série de crises sociais, econômicas e geopolíticas interligadas, também representa um obstáculo de grande monta. As recentes medidas unilaterais europeias para conter o desmatamento importado também causaram tensão nas relações com exportadores agrícolas no Sul Global, o que poderá respingar nas negociações da COP30. O Brasil terá, portanto, que transitar por um cenário político novo e altamente dinâmico no contexto da política climática global, em que o vácuo deixado pela saída desses participantes será preenchido por um novo conjunto de atores. Na área da agricultura, de grande importância para diversos países, impõe-se o enorme desafio de equilibrar interesses profundamente enraizados e questões politicamente sensíveis.

O presente ensaio político examina os desafios para o avanço da agenda agroalimentar na COP30. Com esse objetivo, o texto se concentra no papel da presidência brasileira e em como o panorama atual molda o escopo para se chegar a um acordo. O texto se baseia, em parte, em conversas com os setores agrícola, ambiental e diplomático, do Brasil, bem como em documentos primários, artigos de pesquisa, fontes de dados primárias e matérias publicadas na imprensa. Em vista dos atuais desafios para a COP30, examina-se o impacto do enfraquecimento do multilateralismo, do aumento do protecionismo, do recuo dos Estados Unidos da política climática e do esmorecimento do comprometimento europeu com a ação climática. Como parte de um conjunto de objetivos principais que podem contribuir para a obtenção de importantes resultados advindos da promoção da transformação sustentável no setor agrícola, a análise aborda o papel do financiamento climático, das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), da segurança alimentar e de questões sociais, além da desvinculação do desmatamento. O objetivo é, portanto, subsidiar, de maneira tempestiva, os debates sobre os atuais desafios dos avanços agrícolas no período que antecede a COP em Belém, destacando-se questões que podem gerar importantes avanços.

2. Histórico: a acidentada estrada para Belém

2.1. Como ficou a agenda de trabalho da COPs anteriores no que se refere à agricultura?

Sendo a agricultura uma prioridade fundamental da presidência brasileira da COP30, há esforços no sentido de dar continuidade aos compromissos firmados nas conferências anteriores, com forte ênfase na implementação. A produção agrícola e os sistemas alimentares são essenciais para os esforços de mitigação climática, que também englobam importantes sobreposições com energia e mudanças no uso da terra. Embora as associações do setor agrícola com as mudanças climáticas já tenham sido reconhecidas com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) em 1992, poucos compromissos e acordos formais foram feitos em Conferências posteriores. Nos últimos anos, a agricultura e a produção de alimentos têm ganhado cada vez mais atenção, na medida em que foram feitas tentativas mais estruturadas para institucionalizar acordos. O Grupo de Trabalho de Koronívia sobre Agricultura (*Koronivia Joint Work on Agriculture* - KJWA), criado na COP23 em Fiji, foi uma decisão histórica que objetivou conciliar a necessidade de garantir a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, reduzir as emissões setoriais. O KJWA destacou a importância de garantir maior resiliência, adaptação, melhor saúde do solo, gestão hídrica, melhores sistemas pecuários e apoio ao desenvolvimento socioeconômico. Nas COPs subsequentes, abordou-se a implementação do KJWA e sua integração nas políticas climáticas nacionais.

Dando continuidade ao KJWA, criou-se o “Grupo de Trabalho de Sharm-el-Sheikh sobre a implementação da ação climática na agricultura e na segurança alimentar” na COP27 em 2022. A decisão exigiu uma perspectiva holística sobre adaptação e mitigação no campo da agricultura. Com isso, destacou a grande importância do financiamento e da inclusão de comunidades indígenas e de pequenos produtores. De maneira fundamental, destacou-se fortemente a natureza contextual dos desafios e soluções, bem como a importância de se considerar as circunstâncias nacionais (UNFCCC 2022). Além disso, a COP27 também contou com a apresentação da “Iniciativa de Transformação Sustentável para Agricultura e Alimentos” (Food and Agriculture for Sustainable Transformation Initiative - FAST).

A Parceria FAST nasceu dessa iniciativa, consistindo do esforço de diversas partes para fomentar a transformação sustentável da agricultura e dos sistemas alimentares até 2030. Com esse objetivo, a Parceria se nutre basicamente de financiamento, conhecimento e capacitação, e apoio político (FAST 2022).

Na COP28 em Dubai, no ano seguinte, as partes assinaram a “**Declaração dos Emirados Árabes Unidos sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática**”. A Declaração destacou pontos-chave relacionados a adaptação e resiliência, segurança alimentar e nutrição, trabalho agrícola, gestão hídrica e benefícios climáticos e ambientais. Mais importante ainda, a Declaração ganharia o amplo apoio de 160 países (EAU 2022).

Na COP29 em Baku, medidas adicionais foram tomadas na área da agricultura com o lançamento da “**Iniciativa Climática Baku Harmoniya para Agricultores**”. Como parte da Parceria FAST, a iniciativa é considerada um catalisador que abrange diversos esforços, redes e grupos participantes. Seu principal objetivo é garantir o financiamento de sistemas agroalimentares mais resilientes e sustentáveis (Azerbaijão 2023). Além disso, a Conferência de Baku também deu origem a um acordo sobre as **Novas Metas Quantificadas Coletivas** (*New Collective Quantified Goals - NCQGs*) sobre o financiamento climático. O financiamento inclui o compromisso de destinar pelo menos US\$ 300 bilhões para ações climáticas em países em desenvolvimento até 2035, além de mobilizar US\$ 1,3 trilhão de fontes públicas e privadas durante esse período (Alayza & Larsen 2025). O financiamento agrícola é de suma importância para atividades de adaptação e mitigação, tornando-se, portanto, condição essencial para que os produtores dos países em desenvolvimento assumam metas ambiciosas. As NCQGs resultantes da conferência de Baku foram, no entanto, alvo de fortes críticas dos países em desenvolvimento, que alegam que as metas não atendem às suas necessidades (UN 2024). Isso ficou evidente nas consultas multilaterais informais sobre o balanço dos resultados da COP29 (UNFCCC 2025a) e provavelmente permanecerá na agenda. O presidente brasileiro da COP30, André Corrêa do Lago, também reconheceu os apelos generalizados para a reabertura das negociações sobre essa questão específica (Gabriel 2025a).

Apesar dos avanços tangíveis observados com a institucionalização de compromissos e metas no setor agrícola, o cenário pós-Baku ainda é incerto. A COP28 e a COP29 não conseguiram chegar a um consenso sobre um curso de ação para manter o aquecimento global na faixa de 1,5 a 2 graus. O encontro pré-COP em Bonn, em junho de 2025, foi, portanto, marcado por discussões acaloradas e divergências perceptíveis

entre as partes, mas também houve alguns avanços em relação à agenda em Belém (Gabriel 2025a). A presidência brasileira buscou vincular a COP a outras instâncias multilaterais, como o G20 e o BRICS+, na busca de sinergias positivas no campo da ação climática. Essa oportunidade surgiu quando o Brasil sediou o G20 em novembro de 2024 e o encontro dos BRICS em julho de 2025. O foco central desses esforços tem sido definir uma postura conjunta entre os países em desenvolvimento com relação à polêmica questão do financiamento climático (Campanato 2025). Além disso, a Cúpula do G20 na África do Sul, programada para acontecer imediatamente após a COP30, também representa uma oportunidade de solucionar os desafios financeiros da mitigação, enfrentados pelos estados em desenvolvimento, como endividamento e altos custos de capital (Alayza & Larsen 2025).

2.2. Perspectivas pré-COP30 para a agricultura

Como um país com vastos ativos ambientais e um envolvimento diplomático de longa data em negociações climáticas, o Brasil investiu muito no êxito da COP30. Os negociadores brasileiros têm forte interesse em influenciar os resultados no setor agrícola, que representa uma importante fonte de crescimento econômico e receitas de exportação (Hopewell 2013 & 2014). Considerando seu posicionamento diplomático tradicional, é de se esperar que o Brasil destaque o papel da produção agropecuária como essencial para a mitigação climática, e não exclusivamente como a causa do problema. Historicamente, essa é uma questão pacífica entre os produtores agrícolas de países em desenvolvimento, que enfatizam a importância de conciliar a mitigação climática com o crescimento econômico.

Nos meses que antecedem a COP30, o foco estratégico do Brasil tem sido a implementação dos compromissos existentes, como destacado pelo presidente da COP30, André Corrêa do Lago, em sua quarta carta à comunidade internacional, em que ele instou “todos os atores a se concentrarem no acompanhamento e na implementação de iniciativas, compromissos e declarações existentes” (Brasil 2025c). A presidência brasileira enfatizou a importância de adaptar as iniciativas de mitigação aos contextos globais específicos em que forem implementadas. Na agricultura, o Brasil há muito argumenta que os modelos climáticos existentes, as metodologias de cálculo de emissões e até mesmo as concepções básicas de sustentabilidade que sustentam as discussões multilaterais são insensíveis às peculiaridades da produção agrícola tropical. É provável, portanto, que essa percepção permeie discussões técnicas em diferentes áreas relacionadas à agricultura e aos sistemas alimentares. Isso se refletiu na ênfase dada pelo Brasil à importância da recuperação de

terras agrícolas degradadas e ao apoio a diversos modelos de produção sustentáveis por meio da disseminação tecnológica. Assim, o Brasil buscou um vínculo estreito entre estratégias de mitigação na agricultura e abordagens voltadas à adaptação, segurança alimentar e desenvolvimento social (FAO 2025).

No Brasil, alguns setores nacionais também empreenderam diferentes iniciativas para moldar a agenda da agricultura na COP30. Um exemplo notório é o Fórum Brasileiro de Agricultura Tropical, uma parceria que reúne entidades do setor privado e diferentes instituições de pesquisa com o objetivo de moldar discussões multilaterais sobre agricultura tropical. A iniciativa reflete posições de grupos de interesse nacionais e outros agentes com interesse articulado em apresentar as perspectivas brasileiras sobre sustentabilidade agrícola em fóruns internacionais (DataAgro 2025). Sendo assim, a iniciativa se alinha a posicionamentos frequentemente expressos por instituições públicas como o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura. Além disso, em agosto de 2025, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), em cooperação com diversos setores públicos e privados, publicou o documento conjunto “Agronegócio Frente às Mudanças Climáticas”. No documento, pediu-se o reconhecimento do agronegócio como um componente-chave na agenda climática, com papel ativo na redução de emissões e geração de sumidouros de carbono (ABAG 2025).

Um pilar sólido para o engajamento dos setores brasileiros na iminência da COP30 é a **Agenda de Ação**, que visa mobilizar a sociedade civil, o setor privado, entes regionais e entidades públicas para ações de adaptação e mitigação. Na situação atual marcada pelo impasse político internacional, a Agenda de Ação pode abrir caminho para iniciativas em um espaço paralelo às negociações interestaduais. Em sua quarta carta à comunidade internacional, o presidente da COP30, André Corrêa do Lago, ressaltou o papel crucial que a Agenda de Ação poderia desempenhar para gerar impulso, envolvendo diversos setores no sentido de garantir a implementação integral do Balanço Global. A **Agenda de Ação** é composta por 6 eixos temáticos que abrangem 30 objetivos principais (Brasil 2025b). O terceiro eixo, “**transformação da agricultura e dos sistemas alimentares**”, conta com objetivos como recuperação de áreas degradadas e agricultura sustentável (objetivo 8), sistemas alimentares mais resilientes, adaptados e sustentáveis (objetivo 9) e acesso equitativo a alimentação adequada e nutrição para todos (objetivo 10). A Agenda de Ação, portanto, baseia-se fortemente nas experiências nacionais brasileiras no enfrentamento dos desafios de sustentabilidade no setor agrícola. Sendo assim, confere clara ênfase à associação da ação climática ao desenvolvimento social e à melhoria dos meios rurais de subsistência. Dessa forma,

a Agenda de Ação também oferece uma oportunidade para o Brasil internacionalizar experiências nacionais bem-sucedidas para promover sinergias positivas com os esforços para avançar nos compromissos climáticos para a COP.

2.3. Como a geopolítica mudou a perspectiva pré-Belém?

Nos últimos anos, as negociações climáticas multilaterais enfrentaram grandes desafios em virtude de reações contra essa agenda, tanto em nível nacional quanto internacional. Um fator que exerceu influência sobre essas reações foi a virada populista da política interna dos Estados Unidos, fazendo com que o país retirasse sua participação em importantes instituições internacionais (Peterson 2018; Kornprobst & Paul 2021). O ocorrido impôs o desafio de como dar continuidade à cooperação em esferas-chave da governança global sem a participação direta de um agente tão importante quanto os Estados Unidos (Fehl & Thimm 2019). Além disso, os acontecimentos da época, como a pandemia de Covid-19 e a generalizada invasão russa da Ucrânia, além dos problemas econômicos advindos desses eventos, também representaram desafios significativos para a ação climática global. No entanto, o percalço mais recente veio com a posse de Donald Trump para um segundo mandato no início de 2025. Como parte da visão *America First*, o presidente retirou mais uma vez os Estados Unidos do Acordo de Paris e suspendeu a participação do país na cooperação climática internacional. Como a retirada só entraria em vigor no início de 2026, o presidente brasileiro Lula sinalizou sua intenção de convidar Trump para a Conferência de Belém, embora seja muito incerto que o presidente norte-americano compareça (Godoy 2025).

Além do impacto direto nas negociações climáticas globais, entre as perturbações globais causadas pela política de Trump destacam-se a guerra tarifária, que abalou os pilares centrais da ordem comercial global, consumindo muita atenção e capital políticos de líderes globais. Esses acontecimentos também criaram incerteza sobre as regras comerciais básicas que regem as interações comerciais internacionais, enfraquecendo assim um regime com importantes interfaces com a agenda climática. A tensão sobre os orçamentos nacionais e o esgotamento geral da confiança na cooperação internacional que marcou o ano de 2025, até o momento, também ameaça respingar na COP30 em Belém.

A ação climática também ficou comprometida em outras regiões do mundo devido a conflitos, lento crescimento e crescentes níveis de endividamento. A União Europeia, que conta com um histórico de compromissos climáticos ambiciosos, atualmente

parece estar consumida por crises políticas, econômicas e de segurança, recuando do seu compromisso nessa questão. O aumento dos gastos militares também compromete os orçamentos para as ações climáticas, e o descontentamento popular com o aumento da inflação pós-pandemia limitou o financiamento de despesas relacionadas a esforços ambiciosos de mitigação (Oliveira 2025).

O cenário global desafiador para a COP30 em Belém se reflete no pequeno número de países que enviaram suas Contribuições Nacionalmente Definidas (NDCs) até o prazo final em fevereiro. Até então, apenas **12 dos quase 200 signatários do Acordo de Paris** haviam apresentado suas NDCs. Até setembro, somente 28 nações haviam enviado suas NDCs. Tal fato foi amplamente interpretado como uma consequência da atual incerteza geopolítica e econômica, fazendo com que diversos países relutassem em assumir compromissos possivelmente onerosos em um contexto global cada vez mais sujeito a riscos. Como anfitrião da COP30, o Brasil apresentou uma NDC atualizada no final de 2024, na qual impõe limites absolutos para suas emissões de GEE até 2025 (1,32 bilhão) e 2030 (1,2 bilhão). Além disso, o país também declarou sua intenção de reduzir suas emissões líquidas em 59%–67% até 2035, em comparação com os níveis de 2005 (Mota da Cruz & Cardoso 2025).

Apesar dos nítidos desafios enfrentados pelos negociadores na COP30, alguns sinais positivos também podem ser identificados na atual conjuntura global. Após a saída dos EUA do Acordo de Paris, diversos analistas temiam que isso levasse a efeitos em cascata, seguidos por outros países. Até o momento, esse cenário não se concretizou e não parece provável de ocorrer antes da COP30. Ademais, no contexto dos efeitos cada vez mais severos das mudanças climáticas globais, as ameaças às principais instituições da governança climática global também poderão obter o apoio em massa de atores globais para uma aceleração da ação climática. Um sinal bastante evidente disso parece ter sido a declaração de apoio à agenda prioritária do Brasil para a COP30 assinada pelos Ministros do Meio Ambiente de países da América Latina e do Caribe no final de agosto (Brasil 2025d).

Em suma, com pouco tempo restante para a COP30, o panorama global atual apresenta tanto desafios quanto oportunidades para a presidência brasileira. As seções subsequentes abordam fatores-chave que podem definir os resultados da COP30 no setor agrícola e do meio ambiente.

3. Análise: desafios e oportunidades na COP30

3.1. O enfraquecimento do multilateralismo

Um dos principais desafios enfrentados pela presidência brasileira da COP30 é o enfraquecimento global do multilateralismo nos últimos anos. Concebida na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima foi criada em um contexto global muito diferente, em que instituições internacionais liberais desfrutavam de forte dinamismo. Por outro lado, esse regime enfrenta hoje desafios múltiplos e interligados, que colocam diferentes obstáculos aos avanços esperados da COP30. Entre esses obstáculos, destacam-se a inércia burocrática e morosos processos de tomada de decisão nas instituições da ONU, além do crescimento da diplomacia transacional com a priorização de objetivos nacionais de curto prazo em detrimento de interesses coletivos de longo prazo (Arden et al. 2025). Um exemplo recente dessa priorização de objetivos nacionais foi o fracasso das negociações lideradas pela ONU para se chegar a um tratado sobre poluição plástica devido à resistência principalmente de grandes países produtores de petróleo (McVeigh & Bryce 2025).

Os atuais desafios enfrentados pelo multilateralismo foram reconhecidos pelo presidente brasileiro da COP30, André Corrêa do Lago. Em sua Primeira Carta à Comunidade Internacional, André Corrêa destacou a extrema importância de defender o multilateralismo com base em promessas vigentes e acordos prévios (Brasil 2025a). Ana Toni, Diretora Executiva da COP30, também reconhece as barreiras impostas pelos atuais acontecimentos políticos internacionais, embora ainda ressalte a importância de reforçar as ambições globais em relação à mitigação climática (Campanato 2025). Na ausência de avanços em nível internacional, a presidência brasileira articulou amplo engajamento da sociedade civil para mobilizar os governos a aumentarem suas ambições climáticas. Esse tem sido o foco principal da Agenda de Ação, bem como dos Campeões Climáticos de Alto Nível, que exercem papéis importantes na promoção do engajamento social no processo da COP. Esse movimento de mobilização, advindo das bases da sociedade, visando a obtenção de compromissos ambiciosos de mitigação, está alinhado à arquitetura básica do Acordo de Paris. Também representa um caminho essencial para o avanço da ação

climática em meio à intensificação da competição geopolítica e ao declínio da cooperação multilateral. Nesse sentido, um desafio fundamental será canalizar esforços multi-setoriais para fortalecer a via multilateral, evitando assim uma fragmentação que resulte em diferentes iniciativas pulverizadas.

3.2. Fragmentação do sistema de comércio internacional

O atual retrocesso do multilateralismo inclui as crescentes barreiras comerciais e diferentes formas de protecionismo, principalmente por meio de novas tarifas e também de barreiras não tarifárias. Nas últimas décadas, o Brasil tem se tornado um elemento cada vez mais importante no comércio internacional, particularmente na Organização Mundial do Comércio. Apesar de seu posicionamento historicamente cético em relação ao livre comércio, os governos brasileiros, incluindo aqueles posicionados à esquerda do centro político, se comprometeram com as instituições do sistema de comércio internacional. Provavelmente através da presidência da COP30, o país reagirá não só aos recentes ataques à ordem comercial multilateral, mas também ao que é frequentemente visto pelos formuladores de políticas públicas brasileiros como protecionismo velado por meio de barreiras ambientais ao comércio. Esse objetivo é particularmente relevante no setor agrícola, em que as recentes barreiras tarifárias impostas pelo governo Trump atingiram os produtores agrícolas brasileiros. Autoridades brasileiras também ressaltam a importância de mercados agrícolas abertos e fungíveis na garantia da segurança alimentar global. Alertas emitidos por autoridades da FAO sobre como os recentes aumentos de tarifas poderiam ameaçar a segurança alimentar global também apontam para esse risco (Amorim 2025). Como demonstrado pela onda de ataques ao multilateralismo vigente e às regras que sustentam a cooperação internacional e a estabilidade das interações econômicas, as barreiras tarifárias fazem parte da teia de ameaças que colocam em risco o regime climático global e que podem agravar os impactos das mudanças climáticas sobre populações e regiões vulneráveis. Em deliberações com países parceiros, em preparações para a COP30, foram manifestadas considerações semelhantes sobre o impacto das tarifas (Garcia 2025). O enfraquecimento simultâneo dos regimes globais nas áreas climática, de comércio, assistência e saúde representa uma ameaça geral, agravada por desafios conjuntos que se materializam tanto no interior quanto na interface entre cada uma dessas instâncias de governança. Essa também parece ter sido a perspectiva dos tomadores de decisão brasileiros envolvidos na COP30, que adotaram uma visão holística da interconexão entre os riscos atualmente enfrentados pelo multilateralismo.

Para o setor agrícola brasileiro, uma estrutura multilateral forte para lidar com as mudanças climáticas e os respectivos desafios de governança deve atuar em favor de seus interesses. Historicamente, o Brasil priorizou instituições multilaterais para promover o acesso ao mercado global de produtos agrícolas, investindo significativamente em discussões técnicas sobre sustentabilidade, segurança alimentar, segurança dos alimentos e normas fitossanitárias. Isso reflete uma crença no valor dessas instituições como instrumentos para se buscar um regime multilateral de comércio e governança para o setor agroalimentar, com base em deliberações e negociações baseadas em evidências (Soendergaard 2024). Nos preparativos para a COP30, organizações setoriais agrícolas brasileiras também destacaram a importância do multilateralismo no enfrentamento da crise climática e também como é importante que o país se antecipe no desenvolvimento de soluções baseadas em sistemas sustentáveis de produção agrícola tropical (Roza 2025). No contexto de instituições multilaterais sob ameaça, uma tarefa importante para a presidência brasileira da COP30 será canalizar pressões contrárias em direção à expansão de uma cooperação climática internacional contínua em Belém.

3.3. O recuo dos Estados Unidos na política climática

Com o início do segundo mandato de Trump, os Estados Unidos mais uma vez se distanciaram da cooperação climática internacional. Em seu primeiro dia de mandato, em 20 de janeiro de 2025, Trump assinou um decreto retirando os EUA do Acordo de Paris. Embora só entre em vigor um ano após sua assinatura, a medida marcou claramente o fim do comprometimento dos EUA com essa agenda. Nos meses seguintes, a mitigação climática também foi rebaixada e muitas vezes limitada no âmbito da burocracia governamental, o que efetivamente suspendeu qualquer envolvimento significativo dos EUA.

Não foram observados muitos sinais de que os Estados Unidos participarão da COP30. Sua ausência na pré-COP 2025 em Bonn, e em outras reuniões multilaterais preparatórias, sugere que o mesmo acontecerá na COP30 (Chaib 2025). No final de agosto, os organizadores da COP30 confirmaram que os EUA não haviam manifestado qualquer interesse em participar (Godoy 2025b). Segundo André Corrêa, presidente da COP30, também não faria muito sentido os EUA participarem da Conferência para se retirarem menos de dois meses depois (Gabriel 2025a). Alguns analistas observaram que a ausência dos Estados Unidos poderia abrir um importante espaço estratégico para que participantes com menor destaque ganhassem um papel central nas negociações, possivelmente

agilizando os avanços. Embora reconheça a probabilidade desse desenlace, André Corrêa ressalta que a saída dos EUA poderá apresentar uma série de desafios consideráveis para a COP: “Ganha-se algum espaço, mas com a ausência de um ator muito importante. É uma vitória discutível” (Gabriel 2025a). Também foram levantadas hipóteses de que, se os Estados Unidos decidirem enviar uma delegação a Belém, tal fato poderia efetivamente obstruir as negociações, articulando os países contra a agenda definida pela presidência (Chaib 2025). Tais considerações também foram feitas pela Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, ressaltando que inúmeras vezes os EUA atrapalharam o andamento das negociações climáticas internacionais (Azevedo 2025). A percepção geral no Brasil, diante da COP30, é, no entanto, que o vácuo deixado pelos Estados Unidos provavelmente será ocupado por outros países, o que, indubitavelmente, gerará um novo equilíbrio na constelação de forças dentro das negociações. Consequentemente, delineiam-se dois cenários predominantes: (1) aceleração nos esforços de mitigação na ausência de oposição dos EUA; e (2) menores ambições devido ao vácuo criado pela menor participação dos Estados Unidos (Azevedo 2024). A única certeza até agora é que os acontecimentos de 2025 remodelaram fundamentalmente o contexto das negociações, obrigando a presidência brasileira a reavaliar sua estratégia diplomática desde o início.

O panorama criado pela saída dos EUA alterou as expectativas e ambições para a COP30. As autoridades brasileiras reconheceram que a situação atual torna improvável que se chegue a um acordo sólido em certas áreas, como reduzir ainda mais o consumo de combustíveis fósseis (Lovisi 2025). Em resposta à dificuldade de se alcançar um amplo consenso sobre o aumento da ambição geral, o Brasil adotou uma estratégia de promover promessas paralelas, não vinculativas, e compromissos voluntários, em conjunto com a estrutura juridicamente vinculativa do tratado (Lovisi 2025). Duas das principais propostas brasileiras nesse sentido são: 1) um fundo para a preservação das florestas tropicais, o chamado *Tropical Forests Forever Facility* (TFFF - Fundo Florestas Tropicais para Sempre); e 2) maior integração dos mercados globais de carbono. Essas duas propostas refletem claramente o interesse brasileiro em explorar o potencial agroambiental do país por meio da monetização de seus extensos sumidouros de carbono em florestas tropicais e seu potencial de mitigação por meio do reflorestamento, recuperação de pastagens e intensificação sustentável da agricultura. O Brasil usa o poder de definição de agenda da presidência da COP30 para promover e institucionalizar soluções globais para áreas nas quais o próprio país tem participação significativa.

Por fim, sugere-se que a saída dos EUA do Acordo de Paris poderia até ter o efeito de aumentar as ambições e os esforços multilaterais em direção à mitigação. Nesse sentido, o Brasil tem atuado ativamente em processos de vinculação no G20 e no BRICS+, inclusive associando a questão da ação climática à redução da pobreza e à segurança alimentar, algo fundamental para a agenda brasileira. Além disso, o fato de nenhum outro país ter saído do Acordo de Paris após a saída dos EUA, como se temia, também tem sido motivo de otimismo. Da mesma forma, embora muitos países tenham apresentado com atraso suas NDCs atualizadas, aqueles que o fizeram sinalizaram um aumento considerável em suas ambições. A declaração conjunta entre a UE e a China, emitida em julho de 2025, também enfatiza um entendimento mútuo da necessidade de demonstrar liderança diante da COP30 (Hancock & Mooney 2025). Tal entendimento é altamente significativo, pois, juntas, a UE e a China representam cerca de 40% das emissões globais de GEE. A Declaração também sugere que mudanças na arquitetura de negociação da COP30 poderá produzir resultados importantes mesmo sem a participação dos EUA, contanto que os principais atores priorizem a cooperação climática em detrimento de interesses geopolíticos antagônicos.

3.4. O esmorecimento das agendas verdes europeias

Além da saída dos Estados Unidos do processo de Paris, outro motivo de grande preocupação entre as partes brasileiras se refere ao compromisso europeu. Historicamente, a Europa tem se mostrado uma das partes mais envolvidas nas negociações climáticas e uma das primeiras a apresentar suas NDCs. No entanto, devido à crise econômica e à redução das ambições no âmbito do Green Deal Europeu, o continente europeu tem demonstrado morosidade às vésperas da COP30, declarando sua intenção de finalmente enviar suas NDCs até 30 de setembro de 2025 (Arbach & Hourdin 2025). As crises internas enfrentadas pela UE, que afetaram suas ambições de mitigação, como os altos preços ao consumidor, as eleições e a ascensão de movimentos políticos céticos em relação ao clima, também foram apontadas por analistas brasileiros como um desafio para a COP30 (Miranda 2025). Nesse contexto, o presidente da COP30, André Corrêa do Lago, ressaltou o fato de que os crescentes gastos militares provavelmente comprometerão o espaço fiscal disponível para ações de mitigação. Ele também ressalta que a ausência dos Estados Unidos pode forçar uma mudança na posição de negociação da UE, já que o bloco de países desenvolvidos precisará ceder maior influência aos estados em desenvolvimento (Gabriel 2025a).

A agenda MAGA do segundo governo Trump e suas repercussões nas normas e instituições globais também impactaram a UE, que em grande medida optou por acolher favoravelmente a agenda - mesmo em áreas em que há divergências com posicionamentos europeus tradicionais. Isso causou certo grau de perplexidade e preocupação no Brasil, que historicamente considera a UE uma instância responsável na defesa do multilateralismo. As concessões europeias às exigências comerciais do presidente Trump, como, por exemplo, suas promessas de importar grandes volumes de GNL nos próximos anos, são vistas como incompatíveis com sua liderança climática, o que, somadas à relutância em apresentar uma NDC atualizada, bem como ao **enfraquecimento do Green Deal**, pode prejudicar a credibilidade da UE como uma parte comprometida nas negociações climáticas aos olhos de seus parceiros. Isso se acentua ainda mais com a defesa historicamente forte da agenda climática por parte da UE e, principalmente, por sua prática de fazer exigências ambientais rígidas a terceiros países como, por exemplo, no âmbito do acordo comercial UE-Mercosul. A incongruência entre princípios e prática, que se tornou evidente no período que antecede Belém, parece ter sido agravada pelo fato de a UE ter tentado reivindicar uma superioridade moral nessa esfera.

O enfraquecimento do compromisso europeu teve repercussões particularmente negativas para a agricultura em suas relações com o Brasil. O Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) já prejudicou as relações entre o Brasil e a UE. A legislação, que visa coibir a importação, pela União Europeia, de produtos que provenham de áreas desmatadas, que entrou em vigor em junho de 2023, foi, no entanto, recebida com fortes críticas por parte de produtores brasileiros, autoridades e até mesmo setores da sociedade civil. Enquanto diversos setores brasileiros se incomodam com o que consideram uma agressiva imposição de exigências ambientais pela UE por meio do EUDR, o enfraquecimento do compromisso climático da UE parece ainda mais problemático. A natureza unilateral do EUDR e a falta de consultas relevantes com países produtores durante sua elaboração (Soendergaard & De Sá 2023), são vistas como um desafio ao multilateralismo, minando a confiança entre as partes. Para alguns setores brasileiros, essa desarmonia entre os processos apropriados para fazer avançar a agenda climática no setor agrícola poderá ter repercussões negativas nas negociações de Belém.

3.5. Financiamento da transição na agricultura

Um ponto-chave nas negociações da COP diz respeito aos compromissos de financiamento para mitigação e adaptação por parte dos países desenvolvidos. A questão do financiamento também é crucial na agricultura, pois a disponibilização de recursos financeiros suficientes viabilizará reduções significativas nas emissões de GEE e aumento da resiliência climática. Atualmente, o financiamento climático destinado a sistemas agroalimentares corresponde a apenas US\$ 28,5 bilhões, o que representa menos de 5% do financiamento climático total mundial e apenas 23% do total do financiamento do desenvolvimento relacionado ao clima (FAO 2025). Análises da FAO sugerem que o financiamento anual necessário para atingir as necessárias reduções de emissões e a resiliência climática seria de US\$ 1,1 trilhão, o que corresponde a aproximadamente 40 vezes o montante atual de investimentos (CPI & FAO 2025). Sendo assim, aumentar o valor do financiamento climático exigirá compromissos consideravelmente mais ambiciosos por parte dos países desenvolvidos e talvez até fontes alternativas de financiamento, como impostos internacionais (Alayza & Larsen 2025). Nesse sentido, o *Roadmap* de Baku a Belém (UN 2025) provavelmente assumirá um papel fundamental nas discussões sobre financiamento na COP30, na medida em que os países em desenvolvimento firmarão compromissos maiores, condicionados à efetivação de promessas financeiras pelos países desenvolvidos.

A questão do financiamento também ocupou um espaço central nas consultas multilaterais feitas para a COP30, em que diversos países expressaram a urgência de implementar a decisão da NCQG e de operacionalizar o Artigo 9 do Acordo de Paris sobre financiamento (UNFCCC 2025a). Nesse sentido, algumas partes também destacaram a necessidade de incluir no *Roadmap* um plano mais claro para a concretização das metas de US\$ 300 bilhões e US\$ 1,3 trilhão apresentadas na NCQG. Na área agroambiental, o *Roadmap* prevê pagamentos baseados em resultados e pagamentos por serviços ambientais; *debt for climate and nature swaps* (trocas de dívida por clima e natureza); e títulos ambientais e climáticos, como os *green bonds* e *blue bonds*, além de títulos NDC (UNFCCC 2025b). Sendo um país em desenvolvimento com amplos recursos naturais e potencial de mitigação na agricultura e silvicultura, o Brasil provavelmente priorizará avanços nessa área, pois teria muito a ganhar com os resultados positivos.

Para a presidência brasileira, garantir a adesão ao TFFF constitui uma prioridade fundamental como um resultado concreto da COP. O TFFF é um mecanismo financeiro inovador proposto pelo Brasil, e tem o objetivo de compensar países que preservam suas florestas.

É estruturado como um fundo de investimento, administrado por um banco multilateral de desenvolvimento com base em aportes de fontes públicas e privadas. Os rendimentos dos investimentos em títulos soberanos do Sul Global são distribuídos aos países com florestas tropicais proporcionalmente à área preservada, contanto que mantenham o desmatamento abaixo do teto máximo de 0,5% de suas áreas florestais. O Ministério da Fazenda do Brasil está ativamente engajado na captação de recursos para o TFFF, com a meta de atingir US\$ 25 bilhões em capital júnior em três anos (Wiziack 2025).

Organizações da sociedade civil também têm participado ativamente da agenda financeira para a COP30. Em julho, um grupo de ONGs brasileiras e internacionais, instituições de pesquisa e lideranças ambientais apresentou uma carta com um conjunto de recomendações para mobilizar US\$ 7 bilhões destinados a projetos de preservação na Amazônia. Eles destacam a maior importância do bioma devido aos serviços ambientais, calculados em aproximadamente US\$ 280 bilhões anuais, bem como seu estoque total de carbono de 150–200 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente (Altino 2025).

O financiamento dos esforços de mitigação e adaptação agrícola também é uma questão premente para o setor agroalimentar brasileiro, que é onde podemos encontrar algumas das soluções de implementação mais rápida em termos de projetos de mitigação econômicos e de rápido impacto. Com grande potencial para reduzir emissões e, ao mesmo tempo, melhorar a produtividade agrícola (Mota da Cruz & Cardoso 2025), projetos como recuperação de pastagens, integração de sistemas de produção e agrofloresta muitas vezes dependem de acesso a recursos financeiros. Assim, o setor privado brasileiro também manifestou sua intenção de usar a COP30 como uma plataforma para avançar ainda mais na agenda de financiamento climático para a agricultura (Maciel (2025); Adrien (2025)). O Brasil destacou a adaptação e a transformação sustentável da produção agrícola como uma agenda vantajosa para todos, em que a criação de instrumentos de financiamento internacionais seja de total interesse para os setores nacionais. Vantajoso para todos, esse esquema também ajuda a blindar esse importante setor econômico contra acusações de que a expansão da produção agropecuária é incompatível com a mitigação climática. Fundamentalmente, no âmbito das negociações, as demandas por maiores volumes de financiamento representam uma importante condicionalidade e um elemento de pressão para que os países em desenvolvimento destaquem a obrigação dos países desenvolvidos de apoiar os esforços globais de descarbonização, em conformidade com o princípio das Responsabilidades Comuns, Mas Diferenciadas (*Common But Differentiated Responsibilities* - CBDR). A percepção no Brasil diante da COP30 é, portanto, que a

questão do financiamento provavelmente será determinante para promover avanços em outras áreas, como o aumento do nível geral de compromissos de mitigação entre os países em desenvolvimento.

3.6. O cumprimento das NDCs

Frente à COP30, há grandes expectativas globais de se fazer um balanço das NDCs submetidas pelos países, conforme reconhecido pela presidência brasileira da COP30 (Brasil 2025a). Essas expectativas se acentuaram ainda mais com o pronunciamento de um parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ), que destacou a obrigação dos Estados-membros da CQNUMC de adotar medidas de mitigação climática em consonância com o objetivo da Convenção (ICJ 2025). Em seu discurso inaugural na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2025, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também destacou a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos e a necessidade de aumentarem suas ambições de mitigação (Brasil 2025g). No entanto, é notória a morosidade das partes na publicação de suas NDCs atualizadas antes da COP30. Assim, até o prazo final, em fevereiro de 2025, apenas 13 países haviam feito suas submissões, incluindo o Brasil. Até setembro, apenas 29 países haviam apresentado suas NDCs (Brasil 2025e). Além disso, conforme destacado em consultas multilaterais sobre o balanço feito antes COP30, há um amplo entendimento da necessidade de as partes apresentarem NDCs ambiciosas que estejam alinhadas com as metas de mitigação previstas no Acordo de Paris (UNFCCC 2025). Conforme ressaltado pela troika de presidências da COP, juntas, as novas NDCs precisarão abrir caminho para reduções globais de emissões de 43% até 2023 e 60% até 2035 (Campanato 2025). As NDCs também são instrumentos importantes para institucionalizar compromissos relacionados à produção agrícola e de alimentos. Um estudo da FAO concluiu que questões como insegurança alimentar e perda de biodiversidade estão presentes em 88% das NDCs, principalmente as dos países menos desenvolvidos, que tendem a priorizar questões como meios de subsistência, pobreza e desigualdade. No entanto, há consideráveis lacunas de mitigação nas NDC, que dão conta de apenas 40% das emissões geradas na agricultura e nos sistemas alimentares (FAO 2024).

O esmorecimento do compromisso global de apresentar NDCs atualizadas constitui grande desafio para a presidência brasileira da COP30, mas também uma possível oportunidade de transformar a demanda por ação em um novo impulso. A saída dos EUA do Acordo de

Paris foi amplamente interpretada como um fator central por trás da inação de diversos países diante da COP30, o que aumentou a pressão sobre a presidência brasileira para que se gerasse resultados consideráveis em uma situação em que a maioria dos países prefere esperar para ver. Por outro lado, algumas opiniões no Brasil sugerem que a inação e o impasse podem atingir um nível em que a evidente necessidade de liderança - e o vácuo deixado pelos EUA e pela Europa - poderão abrir caminho para participantes como o Brasil (Miranda 2025). Para que o Brasil assuma um papel de liderança por meio de seus compromissos com as NDCs, o país provavelmente também precisaria criar um roteiro confiável e específico sobre como alcançar sua própria meta de mitigação. Como as NDCs estão intrinsecamente ligadas às estratégias de desenvolvimento mais amplas dos países, como energia, indústria, produção de commodities e questões comerciais, a definição de compromissos de mitigação no âmbito das NDCs se torna um processo que envolve alto risco, o que também ajuda a explicar a posição cautelosa de muitas partes, dadas as crescentes incertezas globais em relação a essas questões. Porém, definindo um caminho bem delineado e um cronograma objetivo sobre como cumprir sua própria NDC, o Brasil poderia ajudar a impulsionar um importante movimento de elevação das ambições climáticas dos países.

3.7. Conciliação das questões climáticas e de desenvolvimento social na agricultura

Associar os desafios climáticos aos relacionados à segurança alimentar e ao desenvolvimento social é um dos objetivos centrais da presidência brasileira da COP, como destacado pelo presidente André Corrêa do Lago, que aponta as questões alimentares e o combate à fome como elementos essenciais para garantir a resiliência no longo prazo. O foco na segurança alimentar também envolve a vinculação dessa linha de ação com outras iniciativas prioritárias para a presidência brasileira da COP30, como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo governo brasileiro como parte do processo do G20 em 2024 (Brasil 2025c). Os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, ressaltaram a importância de uma abordagem socialmente inclusiva para a adaptação e a mitigação climática. Como parte desses esforços, foram promovidas articulações com a sociedade civil, pequenos produtores e comunidades rurais em situação de vulnerabilidade para incluí-los nas discussões em preparação para a COP30 (FAO 2025). As deliberações multilaterais voltadas para a Conferência também abordaram a questão da transição justa e dos princípios de justiça e equidade na ação climática, bem como a cooperação internacional no enfrentamento

dos desafios socioeconômicos (UNFCCC 2025). Houve avanços na associação das questões sociais com a mitigação climática. Em 2021, referências a mulheres e/ou grupos marginalizados nas NDC, que, inicialmente, correspondiam a apenas 9%, subiram para 38% (Azerbaijão 2024). Assim, espera-se que a presidência brasileira da COP30 tome proveito dessa agenda, que também repercute positivamente entre diversos países em desenvolvimento.

As dimensões continentais de um país como o Brasil significam que a tríade alimento-clima-meio ambiente é particularmente relevante, pois a produção agrícola é indissociavelmente dependente de uma base ambiental estável (Rattis et al. 2021). Conforme apontado por analistas brasileiros, questões como segurança alimentar, conservação ambiental e mitigação climática necessariamente terão que ser tratadas em conjunto. Dessa forma, o Brasil provavelmente buscará maior impulso para a integração dessas agendas, que também inclui a adaptação climática no setor agrícola, que, segundo estimativas, sofreu uma perda de R\$ 290 bilhões devido a eventos climáticos extremos na última década (Adrien 2025). Algumas opiniões defendem, portanto, uma abordagem no sentido da transformação sustentável da agricultura tropical que, como ponto de partida, priorize a adaptação em vez da mitigação, tomando por base a premissa de que a adaptação e a resiliência climática em um contexto tropical promoverão uma série de cobenefícios e serviços ambientais, que, por sua vez, também gerarão importantes benefícios de mitigação. Fundamentalmente, em uma situação em que agricultores locais e populações tradicionais dependem de um ecossistema funcional para seus meios de subsistência básicos, é necessária uma abordagem holística para a ação climática, onde a mitigação de GEE seja apenas uma entre diversas importantes questões a serem consideradas.

3.8. Promoção de caminhos sustentáveis para desvincular a agricultura do desmatamento

Com suas vastas florestas tropicais e desafios históricos associados ao desmatamento, as reduções de GEE no Brasil dependem essencialmente da conservação da vegetação nativa (Lovejoy & Nobre (2019); Arima et al. (2014)). Em 2023, Mudanças no Uso do Solo (LUC) totalizaram emissões de 1061 milhões de toneladas de CO₂ equivalente (MtCO₂e). Já o setor agrícola, 631 MtCO₂e de um total de aproximadamente 2300 MtCO₂e (SEEG 2025). Desvincular a produção agrícola do desmatamento está, portanto, no centro dos esforços de mitigação do Brasil e da Agenda da COP30. Em sua Terceira Carta à Comunidade Internacional, o presidente da COP30 André Corrêa do Lago reiterou

os atuais compromissos globais para cessar e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030 (Brasil 2025f). Neste contexto, as autoridades brasileiras ressaltaram a viabilidade e a importância de conciliar a expansão da produção agrícola com o avanço da preservação ambiental, classificando-a como um resultado positivo, e não como um trade-off entre conservação e produção de alimentos (FAO 2025).

Como anfitrião da COP30, a capacidade do Brasil de enfrentar o desmatamento como o principal desafio climático do país também afetará sua capacidade de apresentar sua agenda com credibilidade. Historicamente, as taxas de desmatamento oscilam no Brasil, com um aumento considerável durante o governo Bolsonaro. No atual Governo Lula, a prioridade dada à preservação ambiental se reflete na queda dos índices de desmatamento nos principais biomas da Amazônia e do Cerrado (Gabriel 2025b). No entanto, apesar do comprometimento das autoridades federais, medidas legislativas visando o desmantelamento da legislação ambiental brasileira vêm comprometendo os avanços obtidos nos últimos anos, podendo ter repercussões negativas no país diante da COP30 (Observatório do Clima 2024).

A preservação florestal também é elemento de destaque para algumas das principais iniciativas brasileiras diante da Conferência de Belém. Além do TFFF, o Brasil visa avançar na integração e na consolidação dos mercados globais de carbono. Em virtude do grande potencial do país de reduzir as emissões de GEE por meio de diferentes tipos de soluções baseadas na natureza, as partes brasileiras manifestaram seu interesse em maiores avanços nessa área (Azevedo 2024). O Ministério da Fazenda vem trabalhando em uma proposta baseada em adesão voluntária, a fim de contornar o desafio de ter que obter consenso entre todas as partes. A proposta prevê a definição de um orçamento global de carbono e a distribuição de cotas de emissão entre os estados, com os países menos favorecidos recebendo relativamente mais do que os outros. Para os não membros, seria instituído um imposto de ajuste de fronteira para nivelar as condições de atuação (Lovisi 2025). Há algum tempo, a ideia desses “clubes de carbono” tem estado presente em debates políticos e discussões acadêmicas, gerando algumas polêmicas, principalmente em relação aos seus efeitos sobre os não membros (Overland & Huda (2022); Keohane (2017)). Em comparação com o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira¹ (*Carbon Border Adjustment Mechanism* - CBAM) da União Europeia, que enfrentou críticas semelhantes, as autoridades brasileiras destacam que a criação desse mecanismo

¹ Regulamentação destinada a tributar importações para a União Europeia com base em suas emissões de GEE para garantir que os países exportadores paguem o mesmo preço de carbono que aqueles produzidos na UE.

em nível multilateral traria maior legitimidade em comparação com o unilateralismo do CBAM (Lovisi 2025).

Por fim, um ponto crucial diz respeito às concepções de sustentabilidade e definições técnicas que sustentam as discussões no setor agrícola. Como produtor agrícola tropical, o Brasil defende que as particularidades geográficas e agronômicas de cada país podem produzir resultados de sustentabilidade muito distintos, o que impede generalizações transregionais muito abrangentes sobre quais modelos e métodos de produção podem ser considerados sustentáveis. Por exemplo, embora a intensificação agrícola no contexto da agricultura temperada esteja frequentemente associada a problemas ambientais, no Brasil, onde a maior parte das áreas rurais é dominada por pastagens degradadas e pecuária extensiva, a intensificação e a integração com outros sistemas de produção podem gerar resultados importantes de sustentabilidade (De Oliveira et al. 2017). Outro exemplo é o chamado dilema alimento versus combustível, que muitas vezes é rejeitado no Brasil, onde a abundância de terras e a produção altamente eficiente de cana-de-açúcar representam um risco muito menor da produção de biocombustíveis substituir culturas alimentares essenciais. Nas discussões sobre sistemas alimentares sustentáveis, setores brasileiros têm destacado enfaticamente a importância de contemplar as particularidades dos sistemas de produção tropicais e os contextos nacionais específicos. Espera-se, portanto, que os negociadores priorizem definições e estruturas para sistemas agrícolas e alimentares que reflitam a diversidade dos contextos de produção global, indo além dos modelos do hemisfério norte e dos climas temperados.

4. Pontos-chave e recomendações de políticas

1. Na situação atual, em que pode ser difícil obter um amplo consenso sobre acordos importantes, as iniciativas promovidas pelo Brasil, baseadas na adesão voluntária, podem render resultados concretos de grande relevância a partir da COP30. Essas propostas visam garantir financiamento para iniciativas de mitigação agrícola, podendo criar incentivos fundamentais para a preservação em países com florestas tropicais.
2. Como o segundo maior emissor global de GEE, a saída dos EUA do Acordo de Paris, sem dúvida, representa múltiplos desafios para a ação climática global. Por outro lado, o vácuo de liderança deixado pelos EUA e a procrastinação por parte da UE abrirá espaço para novos participantes na COP30, principalmente para grandes países em desenvolvimento, como o Brasil.
3. É crucial que os participantes da COP30 procurem blindar os desacordos existentes para evitar repercussões negativas nas negociações climáticas. Experiências da bem-sucedida reunião de cúpula do G20 no Brasil em 2024 mostram que dissociar atritos geopolíticos de outras áreas temáticas, como agricultura e desenvolvimento, foi fundamental para se chegar a declarações conjuntas nessas áreas.
4. Barreiras comerciais unilaterais que afetam a agricultura ameaçam a segurança alimentar e também, de forma mais ampla, a confiança no multilateralismo. A desintegração de um sistema comercial multilateral enfraquece a confiança na cooperação e nos compromissos internacionais e também tem grande probabilidade de repercutir negativamente nas negociações climáticas.
5. A presidência brasileira da COP30 se concentrou em fortalecer sinergias positivas para a cooperação climática com outros fóruns multilaterais, como o G20 e o BRICS+. Vale a pena investigar como tais estratégias podem ajudar a criar maior impulso para ações de mitigação mais ágeis, com base em novas instituições e grupos participantes, inclusive em áreas temáticas específicas, como a agricultura.

6. A Agenda de Ação apresentada pela presidência brasileira da COP30 constitui uma plataforma essencial para mobilizar o engajamento de setores não estatais em buscar maiores níveis de ambição. Os pontos 2 e 3 particularmente englobam questões importantes relacionadas à conservação, preservação da biodiversidade e sistemas alimentares sustentáveis, o que deve promover o engajamento da sociedade civil e de atores privados na busca de soluções e acordos concretos nas áreas alimentar e agrícola.
7. Garantir o cumprimento das atuais promessas de financiamento para ações de mitigação e adaptação é fundamental para obter novos compromissos por parte de diversos países em desenvolvimento. Na agricultura, é fundamental que haja financiamento para viabilizar reduções de GEE relativamente rápidas em relação a outros setores econômicos e para produzir resultados essenciais relacionados a serviços ambientais, segurança alimentar e desenvolvimento social.
8. Os desentendimentos existentes entre a UE e o Brasil sobre a governança da sustentabilidade no setor agrícola e alimentício podem afetar as discussões durante a COP30. Para atenuar esse risco, diálogos honestos sobre estruturas de governança e abordagens processuais adequadas para direcionar a cooperação para a sustentabilidade na agricultura podem ajudar a abrir um caminho para resoluções construtivas.
9. O Brasil ressaltou enfaticamente que as transições de sustentabilidade no campo da agricultura não podem contar apenas com modelos de produção universais. Portanto, é provável que o Brasil destaque a importância de contemplar as características da agricultura tropical, o que sugere que aceitar múltiplos caminhos diferentes em direção à sustentabilidade tem maior probabilidade de viabilizar interações construtivas.
10. A presidência brasileira da COP30 sublinhou com veemência a interconexão entre mitigação climática, segurança alimentar e os meios rurais de subsistência. A adoção dessa abordagem holística à ação climática na agricultura provavelmente resultará também em convergências importantes entre países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

Referências

ABAG (2025) [Agronegócio Frente às Mudanças Climáticas - ABAG](#). 10 de agosto de 2025.

Adrien, João (2025) Financiamento climático é fundamental para acelerar a transição sustentável no agro. Folha de São Paulo, 28/07/2025. Disponível em: [Financiamento climático é fundamental para acelerar a transição sustentável no agro - 28/07/2025 - Opinião - Folha](#)

Alayza, Natalia., Larsen, Natalia (2025) How to Reach \$300 Billion - and the Full \$1.3 Trillion - Under the New Climate Finance Goal. World Resource Institute, 20 de fevereiro de 2025. Disponível em: [https://www.wri.org/insights/ncqg-climate-finance-goals-explained? cf chl tk=6VkFpFXtpVcBwdDNmKZ7VoleBB8YKE29ZuU20z24o-1757621822-1.0.1.1-xq4MbCW9PF4l5F04yJA9bHQjJe3AUqiduCCtT2qWY0](https://www.wri.org/insights/ncqg-climate-finance-goals-explained?cfchl tk=6VkFpFXtpVcBwdDNmKZ7VoleBB8YKE29ZuU20z24o-1757621822-1.0.1.1-xq4MbCW9PF4l5F04yJA9bHQjJe3AUqiduCCtT2qWY0)

Altino, Lucas (2025) COP30: Ambientalistas pedem 7 bilhões de dólares anuais para proteção da Amazônia, em carta ao governo brasileiro. O Globo, 4/07/2025. Disponível em: [COP30: Ambientalistas pedem 7 bilhões de dólares anuais para proteção da Amazônia, em carta ao governo brasileiro](#)

Amorim, Ruan (2025) Protectionism fuels hunger, FAO chief economist says. Valor Econômico, 8/07/2025. Disponível em: [Protectionism fuels hunger, FAO chief economist says | Foreign Affairs | valorinternational](#)

Ardern, Jacinda., Lopes, Carlos., Tubiana, Laurence (2025) COP30 Must Make Good on Past Climate Commitments. Project Syndicate, 21 de julho de 2025. Disponível em: [COP30 Must Make Good on Past Climate Commitments by Jacinda Ardern, Carlos Lopes and Laurence Tubiana - Project Syndicate](#)

Arima, E. Y., Barreto, P., Araújo, E., & Soares-Filho, B. (2014). Public policies can reduce tropical deforestation: Lessons and challenges from Brazil. Land Use Policy, 41, 465–473. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.06.026>

Azerbaijan (2024) Baku Harmoniya Climate Initiative for Farmers. Disponível em: <https://cop29.az/en/pages/baku-harmoniya-climate-initiative-for-farmers-concept>

Azevedo, Luis. F. (2025) Marina critica atuação dos EUA durante COPs e diz que quando estiveram na discussão foi para ‘atrapalhar’. O Globo, 14/08/2025. Disponível em: [Marina critica atuação dos EUA durante COPs e diz que quando estiveram na discussão foi para ‘atrapalhar’](#)

Azevedo, Ana, L. (2024) Brazil faces decarbonization challenges at COP30. O Globo, 29/11/2024. Disponível em: [Brazil faces decarbonization challenges at COP30](#)

Brazil, (2025a) First Letter from the President of COP30, Ambassador André Corrêa do Lago. 10 de março de 2025. Disponível em: First Letter from the President of COP30, Ambassador André Corrêa do Lago

Brazil (2025b) COP30, Brasil, Amazônia, Belém 2025. Action Agenda. Disponível em: Action Agenda

Brazil (2025c) Fourth Letter from the Presidency. 20 de junho de 2025. Disponível em: <https://cop30.br/en/brazilian-presidency/letters-from-the-presidency/fourth-letter-from-the-presidency>

Brazil (2025d) In a declaration, Latin America reaffirmed its regional support for the COP30 conference in Brasil. COP30, Brazil, Amazônia, Belém. 28/08/2025. Disponível em: <https://cop30.br/en/news-about-cop30/in-a-declaration-latin-america-reaffirmed-its-regional-support-for-the-cop30-conference-in-brasil>

Brazil (2025e) COP30, Brazil, Amazônia, Belém. Nationally Determined Contributions (NDCs) Disponível em: <https://cop30.br/en/about-cop30/nationally-determined-contributions-ndcs>

Brazil (2025f) Third Letter from the Presidency. COP30, Brazil, Amazônia, Belém. Disponível em: [Third Letter from the Presidency](#)

Brazil (2025g) [President Lula’s speech at the Opening of the General Debate of the 80th UN General Assembly - Planalto](#). Presidency of the Republic. Planalto.

Campanato, Valter (2025) Contexto internacional atrapalha ação multilateral contra crise climática, afirma CEO da COP30. Agência Brasil, 27/02/2025. Disponível em: [Contexto internacional atrapalha ação multilateral contra crise climática, afirma CEO da COP30 - ClimaInfo](#)

Chaib, Julia (2025a) EUA eliminam escritório de negociação do clima e ampliam dúvidas sobre ida à COP30. Folha de São Paulo, 08/08/2025. Disponível em: [EUA eliminam escritório de negociação do clima - 08/08/2025 - Ambiente - Folha](#)

CPI & FAO. 2025. The Triple Gap in Finance for Agrifood Systems. Revised. Rome. <https://doi.org/10.4060/cd3611en> Disponível em: [content](#)

DataAgro (2025) Brazil launches Brazilian Tropical Agriculture Forum as a strategic initiative for COP30. DataAgro 27/05/2025. Disponível em: [Portal - Datagro](#)

Erbach, Gregor & Hourdin, Charlotte (2025) The third generation of national climate plans: Analysis of major economies' nationally determined contributions ahead of COP30. European Parliament Research Service. Disponível em: [The third generation of national climate plans](#)

FAO (2025) FAO strengthens ties with Brazil to elevate food and agricultural priorities for COP30. FAO News 26/03/2025. Disponível em: [News detail | Climate change | Food and Agriculture Organization of the United Nations](#)

FAO (2024) COP29: New FAO analysis maps Nationally Determined Contributions, identifies opportunities, gaps and risks related to agrifood climate solutions. FAO. News. 18/11/2024. Disponível em: [COP29: New FAO analysis maps Nationally Determined Contributions, identifies opportunities, gaps and risks related to agrifood climate solutions](#)

FAST (2022) Food and Agriculture for Sustainable Transformation Initiative – FAST. FAO Disponível em: [Food and Agriculture for Sustainable Transformation Initiative - FAST](#)

Fehl, C., & Thimm, J. (2019). Dispensing with the indispensable nation? Multilateralism minus one in the Trump era. Global governance: a review of multilateralism and international organizations, 25(1), 23-46. <https://doi.org/10.1163/19426720-02501006>

Gabriel, João. (2025a) Tarifas de Trump, guerras e eleições pressionam COP30, diz presidente da conferência. Folha de São Paulo, 20/07/2025. Disponível em: Tarifas e eleições pressionam COP30, diz Corrêa do Lago - 20/07/2025 - Ambiente - Folha

Gabriel, João (2025b) Desmatamento no cerrado cai pela 1ª vez em 4 anos, e na amazônia tem leve alta. Folha de São Paulo, 07/08/2025. Disponível em: [Desmatamento no cerrado cai pela 1ª vez em 4 anos - 07/08/2025 - Ambiente - Folha](#)

Garcia, Rafael (2025) Entrevista: ‘A janela é muito curta para evitar mudanças no clima perigosas’, diz ministro da Noruega. O Globo, 18/07/2025. Disponível em: [Entrevista: ‘A janela é muito curta para evitar mudanças no clima perigosas’, diz ministro da Noruega](#)

Godoy, Yago (2025a) COP30: Lula diz que mandou carta convidando Trump para conferência em Belém. O Globo, 13/08/2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cop-30-amazonia/coluna/2025/08/cop30-lula-diz-que-mandou-carta-convidando-trump-para-conferencia-em-belem.ghtml>

Godoy, Yago (2025b) COP30: convidado por Lula, Trump não responde carta-convite e participação dos EUA é incerta. O Globo, 20/08/2025. Disponível em: [COP30: convidado por Lula, Trump não responde carta-convite e participação dos EUA é incerta](#)

Hancock, Alice & Mooney, Attracta (2025) União Europeia e China dizem que ‘verde é a cor da cooperação’ em compromisso de liderança climática. Folha de São Paulo, 25/07/2025. Disponível em: [UE e China selam compromisso de liderança climática - 25/07/2025 - Ambiente - Folha](#)

Hopewell K (2013) ‘New Protagonists in Global Economic Governance: Brazilian Agribusiness at the WTO’, New Political Economy, <https://doi.org/10.1080/13563467.2013.736957>.

Hopewell K (2014) ‘The Transformation of State–Business Relations in an Emerging Economy: The Case of Brazilian Agribusiness’, Critical Perspectives on International Business 10(4): 291–309.

ICJ (2025) International Court of Justice. Press Release No. 2025/36, 23 de julho de 2025. Disponível em: [The Court gives its Advisory Opinion and responds to the questions posed by the General Assembly](#)

Keohane, N., Petsonk, A. & Hanafi, A. (2017) Toward a club of carbon markets. *Climatic Change* 144, 81–95. <https://doi.org/10.1007/s10584-015-1506-z>

Kornprobst, Markus., Paul, T.V. (2021) Globalization, deglobalization and the liberal international order, *International Affairs*, Volume 97, Issue 5, September 2021, Pages 1305–1316, <https://doi.org/10.1093/ia/iiab120>

Lovejoy, Thomas E. & Nobre Carlos (2019) Amazon tipping point: Last chance for action. *Science. Adv.* 5, eaba2949(2019). DOI:10.1126/sciadv.aba2949

Lovisi, Pedro (2025) Governo vai focar medidas que não dependem de consenso político na COP30, diz líder de plano de transformação ecológica. *Folha de São Paulo*, 11/08/2025. Disponível em: COP30: [Governo foca medidas que não dependem de consenso - 11/08/2025 - Ambiente - Folha](#)

Maciel, Julia (2025) Roberto Rodrigues Será a Voz do Agronegócio Universal na COP30. *Forbes Agro*, 16/05/2025. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesesg/2025/05/roberto-rodrigues-sera-a-voz-do-agronegocio-universal-na-cop30/>

Miranda, Guiliana (2025) Maioria dos países descumpriu prazo para apresentação de novas metas climáticas. *Folha de São Paulo*, 10/02/2025. Disponível em: [Maioria dos países não entregou metas climáticas no prazo - 10/02/2025 - Ambiente - Folha](#)

McVeigh, Karen & Bryce, Emma (2025) Plastic pollution talks fail as negotiators in Geneva reject draft treaties. *The Guardian*, 15/08/2025.

Mota da Cruz, G., Cardoso, Victor, M. (2025) COP30 and Brazilian Agriculture: between the climate challenge and the opportunity for leadership. *Inspere Agro Global*. Disponível em: <https://agro.insper.edu.br/en/media/Articles/COP30-and-Brazilian-agriculture-between-the-climate-challenge-and-the-opportunity-for-leadership>

Observatório do Clima (2024) Novo Pacote da Destruição ameaça direitos socioambientais. 06/05/2024. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/novo-pacote-da-destruicao-ameaca-direitos-socioambientais/>

Oliveira, Eliane (2025) Efeito Trump: Pressão americana por mais gastos com Defesa ameaça verbas contra mudança climática na COP. O Globo, 23/07/2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cop-30-amazonia/noticia/2025/07/23/efeito-trump-pressao-americana-por-mais-gastos-com-defesa-ameaca-verbas-contramudanca-climatica-na-cop.ghtml>

de Oliveira Silva, R., Barioni, L. G., Hall, J. A. J., Moretti, A. C., Fonseca Veloso, R., Alexander, P., Crespolini, M., & Moran, D. (2017). Sustainable intensification of Brazilian livestock production through optimized pasture restoration. *Agricultural Systems*, 153, 201–211. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2017.02.001>

Overland, Indra & Huda, Mirza, S. (2022) Climate clubs and carbon border adjustments: a review. *Environ. Res. Lett.* 17 093005 Disponível em: [Climate clubs and carbon border adjustments: a review - IOPscience](#)

Peterson, John (2018) Present at the Destruction? The Liberal Order in the Trump Era, *The International Spectator*, 53:1, 28-44, DOI: 10.1080/03932729.2018.1421295

Rattis, L., Brando, P.M., Macedo, M.N. et al. Climatic limit for agriculture in Brazil. *Nat. Clim. Chang.* 11, 1098–1104 (2021). <https://doi.org/10.1038/s41558-021-01214-3>

Roza, Amanda (2025) COP30 and the Role of Brazilian Agribusiness: A Turning Point for Climate Leadership. *Brazilian Farmers. CAN.* Disponível em: [COP30 and the Role of Brazilian Agribusiness: A Turning Point for Climate Leadership | Brazilian Farmers](#)

SEEG (2025) Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Disponível em: [SEEG Brasil – O Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa \(SEEG\) oferece dados em tempo real, que apoiam a transformação necessária para enfrentar os desafios globais que afetam todas as regiões brasileiras.](#)

Soendergaard, Niels (2024) *Brazilian Agricultural Diplomacy in the 21st Century: A Public-Private Partnership.* New York: Routledge.

Søndergaard & De Sá (2023) Brazilian Stakeholder assessment of the European Deforestation Regulation. Agricultural Policies in Debate. ApD. Disponível em: [European Deforestation Regulation EN.pdf](#)

UN (2024) COP29 climate talks end with \$300 billion annual pledge, Guterres calls deal a 'base to build on'. UN News, 23/11/2024. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2024/11/1157416>

UN (2025) Baku to Belém Roadmap to 1.3T. United Nations. Climate Change. Disponível em: [Baku to Belém Roadmap to 1.3T | UNFCCC](#)

UNFCCC (2022) Decision 3/CP.27 Sharm el-Sheikh joint work on implementation of climate action on agriculture and food security. Disponível em: [Report of the Conference of the Parties on its twenty- seventh session, held in Sharm el-Sheikh from 6 to 20 November 2022. Addendum](#)

UNFCCC (2025a) Informal multilateral consultation on taking stock of the COP 29 outcomes and the way forward towards COP 30 held on 27 February 2025 Co-chairs' summary. Disponível em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/Co-Chairs_Summary_of_27_Feb_2025_HoDs.pdf

UNFCCC (2025b) Baku to Belém Roadmap to 1.3T High-level summary of the open consultation events. Disponível em: [HLSummary BB1.3T Consultation Events June final.pdf](#)

UAE (2023) COP28 UAE Declaration on Sustainable Agriculture, Resilient Food Systems, and Climate Action. Disponível em: <https://www.cop28.com/en/food-and-agriculture>

Wiziack, Julio (2025) Haddad inicia captação para fundo de preservação florestal. Folha de São Paulo, 22/07/2025. Disponível em: [Haddad inicia captação para fundo de preservação florestal - 22/07/2025 - Paineis S.A. - Folha](#)

Expediente

Autor

Niels Søndergaard

Projeto gráfico

Contexto Gráfico

Capa e paginação

Kenia de Aguiar Ribeiro

Scriptorium Design Editorial

Foto da capa

Rafa Neddermeyer/COP30 Brasil
Amazônia/PR

Tradução

Thalia Cerqueira

Publicação

Diálogo Agropolítico

Brasil - Alemanha (APD)

Coordenação editorial

Gleice Mere, Carlos Alberto
dos Santos, Alexander Borges Rose
e Ralph Hammer

